

HABEAS CORPUS Nº 567.941 - DF (2020/0072615-6)

RELATOR : **MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
ADVOGADOS : FERNANDO ANTÔNIO CALMON REIS - DF008161
DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITORIOS
PACIENTE : BRENDA MIKAELA ARAUJO ELIAS DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E
TERRITÓRIOS

DECISÃO

Trata-se **habeas corpus**, substitutivo de recurso especial, com pedido liminar, ajuizado em favor de **BRENDA MIKAELA ARAUJO ELIAS DA SILVA**, contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios**.

Depreende-se dos autos que o d. Juízo das execuções **indeferiu** o pleito da paciente de progressão ao regime aberto com concessão de prisão domiciliar (fls. 36-39).

Irresignada, a Defesa interpôs agravo em execução perante o eg. Tribunal de origem, que negou provimento ao recurso, conforme v. acórdão de fls. 162-180 assim ementado:

"RECURSO DE AGRAVO. EXECUÇÃO PENAL. CONDENADA QUE CUMPRE PENA EM REGIME FECHADO. PEDIDO DE PRISÃO DOMICILIAR COM MONITORAÇÃO ELETRÔNICA. FILHO MENOR. IMPRESCINDIBILIDADE DA MEDIDA NÃO DEMONSTRADA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1. A Lei de Execuções Penais prevê, em seu artigo 117, inciso III, a possibilidade de cumprimento da pena em prisão domiciliar para as condenadas que cumprem pena em regime aberto e tenham filho menor. Contudo, a jurisprudência pátria permite a concessão do benefício às apenadas que cumprem pena em regime semiaberto e fechado, desde que elementos concretos demonstrem a imprescindibilidade da medida.

2. No caso em apreço, a sentenciada está cumprindo

pena em regime fechado e a situação fática apresentada não aponta a excepcionalidade que justifique a concessão de prisão domiciliar, pois seu filho menor reside com a avó, que presta assistência à criança de maneira adequada.

3. Recurso conhecido e não provido para manter a decisão que indeferiu o pedido de concessão de prisão domiciliar humanitária à sentenciada."

Daí o presente **habeas corpus**, no qual defende que *"a melhor leitura do artigo 117 da Lei nº 7.210/84, é na direção de possibilitar a prisão domiciliar em qualquer momento de cumprimento da pena, ainda que em regime fechado, desde que a realidade assim o imponha"* (fl. 5).

Aduz que, *"conforme é possível extrair do relatório do psicossocial, o filho da paciente, de apenas 07 anos, desenvolveu um quadro de depressão em razão do cárcere de sua genitora, tendo apresentado queixas na escola e choros constantes"* (fl. 6).

Assere que *"a ausência da paciente impossibilita que a avó do menor, responsável pelos seus cuidados, trabalhe em tempo integral. Fato que afeta gravemente a situação financeira da família e impede que seja realizada uma cirurgia para tratar a adenoide que acomete a criança"* (fl. 6).

Sustenta que *"esta Corte e o Supremo já entenderam que a melhor exegese do artigo 117 da LEP, não pode ser alcançada pela interpretação literal da lei, sob o risco de alimentar injustiças. Logo, em vistas da harmonização da LEP à dignidade da pessoa humana, entende a jurisprudência pela possibilidade da prisão domiciliar em qualquer momento do cumprimento de pena, desde que diante de situação singular"* (fl. 7).

Requer, ao final, inclusive liminarmente, a concessão da ordem para que *"seja determinado ao Juízo da Vara de Execuções do Distrito Federal (VEP/DF) que conceda a prisão domiciliar humanitária com monitoração eletrônica, tendo em vista a interpretação mais moderna do artigo 117 da Lei de Execuções Penais"* (fl. 11).

É o relatório.

Decido.

Na hipótese, ao menos **em sede de cognição in limine**, não se verifica a presença dos requisitos necessários para a concessão da medida urgente, uma vez que, conforme vários julgados desta Corte Superior, para o deferimento da prisão domiciliar **no caso de paciente condenada por decisão transitada em julgado**, faz-se necessária a **comprovação da imprescindibilidade dos cuidados ao filho menor**, o que não se verifica nesse exame preliminar.

Sobre o tema:

"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. NOVOS ARGUMENTOS HÁBEIS A DESCONSTITUIR A DECISÃO IMPUGNADA. INEXISTÊNCIA. EXECUÇÃO PENAL. REGIME FECHADO. PRISÃO DOMICILIAR. CRIME DE TRÁFICO. REINCIDÊNCIA. CUIDADOS COM AS FILHAS MENORES. IMPRESCINDIBILIDADE. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. INVIABILIDADE NA VIA ELEITA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

I - É assente nesta Corte Superior de Justiça que o agravo regimental deve trazer novos argumentos capazes de alterar o entendimento anteriormente firmado, sob pena de ser mantida a r. decisão vergastada pelos próprios fundamentos.

II - Este Tribunal Superior tem posicionamento no sentido de que, embora o art. 117 da Lei de Execuções Penais estabeleça como requisito para a concessão da prisão domiciliar o cumprimento da pena no regime aberto, é possível a extensão de tal benefício aos sentenciados recolhidos no regime fechado ou semiaberto quando a peculiaridade concreta do caso demonstrar sua imprescindibilidade.

*III - In casu, o Tribunal de origem indeferiu o pedido de prisão domiciliar em razão de se tratar de sentenciada que cumpre pena em regime fechado, sendo reincidente na prática de crimes graves (tráfico de drogas), e porque **não restou comprovada a sua imprescindibilidade aos cuidados com as filhas menores, que são assistidas pela avó materna.***

IV - Assentado pelo eg. Tribunal Estadual, soberano na análise dos fatos, que a paciente não comprovou a sua imprescindibilidade aos cuidados com as filhas, a modificação desse entendimento - a fim de conceder o benefício da prisão domiciliar - demanda o reexame do acervo fático-probatório, inviável na via eleita.

Superior Tribunal de Justiça

Agravo regimental desprovido." (AgRg no HC 429.878/MS, Rel. Min. **Felix Fischer, Quinta Turma**, julgado em 13/03/2018, DJe 20/03/2018)

Assim, **indefiro o pedido liminar.**

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações atualizadas e pormenorizadas à autoridade indigitada de coatora e ao d. Juízo de execuções.

Após, vista dos autos ao Ministério Público Federal.

P. I.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator